

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – 36ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.2 – 7ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada a homenagear a Federação Mineira de Karate

2 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.1 – Plenário

3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 – MANIFESTAÇÕES

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/5/2017

Presidência dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Roberto Andrade

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Lei Complementar nº 66/2017; Projeto de Resolução nº 42/2017; Projetos de Lei nºs 4.230, 4.237 e 4.238/2017; Requerimentos nºs 6.914 a 6.984/2017; Requerimento Ordinário nº 2.808/2017 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Meio Ambiente, de Agropecuária e do Trabalho – Questão de Ordem – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Gustavo Valadares, Felipe Attiê, Sargento Rodrigues e André Quintão e da deputada Marília Campos – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Decisões da Presidência (2) – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Bonifácio Mourão – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Coronel Piccinini – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Fred Costa – Geraldo Pimenta – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Léo Portela – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Nozinho – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Vanderlei Miranda.

Abertura

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Às 14 horas, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Roberto Andrade, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – Não havendo correspondência a ser lida, a presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 66/2017

Altera a Lei nº 5.301, de 16 de outubro de 1969, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O §8º do art. 13 da Lei nº 5.301, de 16 de outubro de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13 – (...)

§ 8º – Poderão concorrer ao CHO os Subtenentes, os 1ºs-Sargentos e os 2ºs-Sargentos que tenham, no mínimo, dez anos e, no máximo, vinte e quatro anos de efetivo serviço na instituição militar estadual até a data da matrícula.”.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, de de 2017.

Deputado Coronel Piccinini

Justificação: O presente projeto de lei complementar pretende diminuir o prazo para realização do concurso para o Curso de Habilitação de Oficiais – CHO. O mencionado curso, conforme a Lei nº 5.301, de 1969, e a Resolução nº 3.836 do Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, de 2/1/2006, é considerado ensino de nível superior com ingresso mediante processo seletivo interno, destinando-se à formação e pós-graduação de subtenentes e 1ºs sargentos que tenham, no mínimo, quinze anos e, no máximo, vinte e quatro anos de efetivo serviço.

A diminuição do prazo para ingresso de militares no CHO é medida que beneficia não apenas os militares, mas principalmente a sociedade uma vez que, concluído o CHO, os militares estarão aptos para o desempenho do cargo de oficial, em atividades administrativas, operacionais e de especialistas, e o exercício de polícia ostensiva e preservação da ordem pública.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 192, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 42/2017

Ratifica medida de proteção à economia do Estado, concedida aos setores de fabricação de material hidráulico, exceto plástico, nos termos do art. 225; e de fabricação de cigarros, nos termos dos arts. 225 e 225-A, ambos da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Fica ratificada a medida de proteção à economia do Estado incidente sobre o contribuinte mineiro do setor de fabricação de material hidráulico, exceto plástico, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975; e do setor de fabricação de cigarros, nos termos dos arts. 225 e 225-A da referida lei, em virtude de benefícios fiscais concedidos e políticas econômicas instituídas por outros estados da Federação, conforme exposição de motivos encaminhada por meio da Mensagem nº 232/2017.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de maio de 2017.

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

– Publicado, vai o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para deliberação, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 18.

PROJETO DE LEI Nº 4.230/2017

Dá nome à rodovia que menciona.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominada Ronaldo Alexandre de Almeida a rodovia LMG 743 compreendida entre o entroncamento da BR-354 com a BR-365 entre o trevo do distrito de Quintinos e o Município de Carmo do Paranaíba, entre o km 60 ao km 94.

Sala das Reuniões, 3 de maio de 2017.

Deputado Felipe Attiê – PTB

Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Justificação: A história de vida de Ronaldo Alexandre de Almeida, relatada a seguir, guarda estreita relação com a abertura da estrada que serve o Município de Carmo do Paranaíba e o distrito de Quintinos, como também evidencia a participação efetiva do homenageado na geração de emprego e renda à população da região.

Ronaldo Alexandre de Almeida, mais conhecido como Ronaldo da Pecuária, cidadão quintinense foi um dos entusiastas do asfaltamento da mencionada rodovia, nasceu na cidade de Carmo do Paranaíba, no dia 27/04/72, filho de um pecuarista e produtor, José Maria de Almeida, e de Marieta Gontijo de Barcelos. Desde muito cedo começou a trabalhar, tão logo foi aberta a estrada que liga Carmo do Paranaíba a Quintinos. Casou-se com Adriana Moraes de Almeida, com quem teve dois filhos, Alexandre Moraes de Almeida e Rafael Alexandre de Almeida, ainda vivos. O homenageado foi um grande empreendedor rural, que muito trabalhou pelo desenvolvimento do distrito de Quintinos e, por consequência, do município de Carmo do Paranaíba. Ele foi responsável por grandes projetos na área rural que empregaram e ainda empregam parte da população quintinense. Além de ser um produtor muito preocupado com o desenvolvimento sustentável, teve um papel muito importante na geração de emprego e renda da região como um todo. Bons anos da vida de Ronaldo foram dedicados ao desenvolvimento do distrito de Quintinos, distrito este muito amado por ele. Seu sonho se realizaria com o asfaltamento entre o Distrito de Quintinos e Carmo do Paranaíba.

Ronaldo dedicou-se ao trabalho com a pecuária por alguns anos. Encerrou suas atividades com integridade.

Morreu de forma trágica, em 23/4/17. Homem honesto e humilde, até hoje é conhecido como o saudoso Ronaldo da Pecuária e é muito querido da comunidade.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.237/2017

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Araxá o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Araxá o imóvel, suas benfeitorias e terreno com 50,60 metros de frente, 53,00 metros de outro, em divisa com a Rua Ananias Teixeira e 60,60 metros de fundo com a rua Bela Vista; situado na Avenida Ananias Teixeira, bairro Santa Rita na circunscrição de Araxá - MG, registrado sob o número de ordem 30.172, Livro 3-U, fls 19, no Cartório de Registro de Imóveis de Araxá.

Parágrafo único – O imóvel de que trata o inciso I deste artigo passa a destinar-se ao cumprimento do interesse público da população local e Prefeitura Municipal.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta Lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do artigo 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de maio de 2017.

Deputado Bosco – PT DO B

Presidente da Comissão de Cultura

Vice-Líder do Governo

Justificação: Justificação: Apresento para exame dessa Egrégia Casa Legislativa o presente projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Araxá imóvel que integra o patrimônio do governo mineiro, resguardando sua reversão em caso de não cumprimento da finalidade ora proposta.

A doação que se propõe atende a demanda atual da comunidade de Araxá oficializando a situação do referido imóvel que, atualmente, encontra-se cedido ao município. Ademais, está sediada no imóvel em questão a Secretaria Municipal de Ação e Promoção Social responsável pela gestão, coordenação e execução de projetos que garantam os direitos sociais e a inclusão dos cidadãos araxaenses.

Certo de sua importância, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.238/2017

Dá denominação ao Presídio Regional de Unai.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominado Presídio Leandro José da Silva o Presídio Regional de Unai.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de maio de 2017.

Deputado Missionário Marcio Santiago – PR

Justificação: O presente projeto de lei visa denominar oficialmente o próprio público do Presídio Regional de Unai.

Leandro José da Silva nascido na cidade de Unai em 06 e março de 1978, casado e pai de 03 filhos. Deu início na sua carreira no Sistema Prisional como Agente de Segurança Penitenciário em 08 de outubro de 2003 na Penitenciária Agostinho de Oliveira Junior. Sempre sendo um profissional eficiente, dedicado e com ótimo relacionamento interpessoal.

Uma das suas maiores contribuições foi no Canil da Unidade, pois como aluno de Medicina Veterinária propiciou uma parceria com o curso de Medicina Veterinária da faculdade Facisa Unai para fazer acompanhamento e tratamento dos cães do canil.

Faleceu em 06 de novembro de 2016 em um trágico acidente de carro enquanto ia ao anoitecer para o trabalho na rodovia BR-251, Km 889.

Pelo exposto, submetemos o presente Projeto de Lei para apreciação dos Nobres Deputados dessa Casa de Leis.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Segurança Pública, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTO Nº 6.914/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, “c”, do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com Policiais Militares pelo notável trabalho realizado em Ribeirão das Neves, no dia 02/05/2017, que logrou êxito na prisão de um indivíduo, com antecedentes criminais, e na apreensão de uma submetralhadora, um carregador com alta capacidade de munições e diversas ferramentas utilizadas para a confecção de armas de fogo. O local, onde as apreensões ocorreram, funcionava como oficina de fabricação de armas de grande porte.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação ao Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel Helbert Figueiró de Lourdes, na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, S/N, Prédio Minas 6º Andar, Belo Horizonte - MG e ao Comandante da 204ª COMPANHIA DE POLICIA MILITAR, MAJOR PM NEWTON GONCALVES, na RUA MARIA AMÉLIA, 201 - Bairro CEREJEIRAS - Ribeirão das Neves, para fins de registro em respectivas pastas funcionais.

Sala das Reuniões, 3 de maio de 2017.

Deputado Sargento Rodrigues – PDT

Presidente da Comissão de Segurança Pública

Justificação: Conforme REDS 2017-009179174-001, segue lista dos Policiais Militares:

3 Sargento Valmir Vieira dos Santos - 3PEL PM / 204CIA PM / 40BPM

Cabo Fabio Onesio Lopes - 4PEL PM / 204CIA PM / 40BPM

Soldado Michael Pereira de Souza - 1PEL PM / 204CIA PM / 40BPM

2 Sargento Helerson Castro Chagas - 2PEL PM / 204CIA PM / 40BPM

Cabo Washington Aparecido Soares - 4PEL PM / 204CIA PM / 40BPM

Cabo Rodrigo Figueiredo de Almeida - 4PEL PM / 204CIA PM / 40BPM

– À Comissão de Segurança Pública.

REQUERIMENTO Nº 6.933/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer, nos termos do art. 103, III, "c", do Regimento Interno, seja formulado voto de congratulações com Policiais Militares pela ação de enfrentamento à criminalidade no Município de Betim, na data de 03/05/2017. Suspeitos de envolvimento em roubos, durante tentativa de fuga, fizeram vários disparos de armas de fogo contra os Policiais Militares, que responderam à reprimenda. No local foi apreendida uma arma de fogo, calibre não identificado, e outros objetos advindos dos atos ilícitos.

Requer ainda seja dada ciência dessa manifestação ao Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel Helbert Figueiró de Lourdes, na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, S/N, Prédio Minas 6º Andar, Belo Horizonte - MG e ao Comandante do 66º Batalhão de Polícia Militar na RUA CONCEIÇÃO ROSA LIMA, 00326 - HORTO - Betim, para fins de registro em respectivas pastas funcionais.

Sala das Reuniões, 3 de maio de 2017.

Deputado Sargento Rodrigues – PDT

Presidente da Comissão de Segurança Pública

Justificação: Conforme REDS 2017-008418545-001, segue lista dos Policiais Militares:

Cabo Ronan Monteiro dos Santos - 1PEL PM / 188CIA PM / 66BPM

Soldado Miqueias José Fernandes - 3PEL PM / 188CIA PM / 66BPM

Cabo Fabio Pereira de Miranda - 3PEL PM 188CIA PM / 66BPM

Cabo Jefferson de Barros do E Santo - 2PEL PM / 188CIA PM / 66BPM

Major Fernando Henrique dos Santos - 188CIA PM / 66BPM / 2RPM

Cabo Carlos Rodrigo Silva - 2PEL PM / 188CIA PM / 66BPM

Cabo Igor Fernando Oliveira Rodrigues - 3PEL PM / 177CIA PM / 66BPM

Aspirante a Oficial - Sandro Eduardo Roussin Soares - 1PEL PM / 188CIA PM / 66BPM

– À Comissão de Segurança Pública.

REQUERIMENTO Nº 6.981/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado ao Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG pedido de providências para implantação de fiscalização policial de trânsito, pelo menos no horário de pico, na pista exclusiva para ônibus da rodovia MG-010, mais especificamente no trecho entre a Cidade Administrativa e o entroncamento das avenidas Antônio Carlos e Cristiano Machado.

Sala das Reuniões, 3 de maio de 2017.

Deputado Noraldino Júnior – PSC

Justificação: Nos períodos entre 16h e 18h de segunda-feira a sexta-feira, o fluxo de passageiros de ônibus que trafegam no trecho entre a Cidade Administrativa e o entroncamento das Avenidas Antônio Carlos e Cristiano Machado é muito grande. Funcionários públicos e terceirizados utilizam do transporte público nessa região e dependem do funcionamento pleno dessa modalidade de transporte. Desse modo, é indispensável controle policial de trânsito para garantir que as regras do Código de Trânsito Brasileiro, resguardando assim a segurança dos passageiros.

– À Comissão de Segurança Pública.

REQUERIMENTO Nº 6.982/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG pedido de providências para ampliação do horário de funcionamento da 1ª Delegacia de Polícia de Sabará, passando esta a funcionar 24h/dia.

Sala das Reuniões, 3 de maio de 2017.

Deputado Noraldino Júnior – PSC

Justificação: A Delegacia de Polícia de Sabará é referência na resolução de crimes e tem lidado com uma alta demanda de ocorrências a serem tratadas. A ampliação do horário de funcionamento, passando ao funcionamento ininterrupto, garantirá maior eficiência nos serviços da polícia local e maior segurança para a população de Sabará.

– À Comissão de Segurança Pública.

REQUERIMENTO Nº 6.983/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, "a", do Regimento Interno, seja encaminhado ao Governador do Estado em Belo Horizonte pedido de providências para conferir ao Sr. Ricardo José Magalhães Barros, Ministro da Saúde, o título de Cidadão Honorário de Minas Gerais.

Sala das Reuniões, 4 de maio de 2017.

Deputado Gil Pereira – PP

– À Comissão de Saúde.

REQUERIMENTOS

Nº 6.915/2017, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – pedido de informações consubstanciadas no conjunto consolidado de dados indicadores dos serviços de inspeção e fiscalização de produtos de origens animal e vegetal executados por essa autarquia no período de 2015 a 2017, por segmento de produto, em todas as suas unidades regionais. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 6.916/2017, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa – pedido de informações consubstanciadas no conjunto consolidado de dados indicadores dos serviços de inspeção e fiscalização de produtos de origens animal e vegetal executados por essa autarquia especial no período de 2015 a 2017, por segmento de produto, em todas as suas unidades regionais.

Nº 6.917/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para liberar recursos para o asfaltamento de vias urbanas no Município de Ubaporanga.

Nº 6.918/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para liberar recursos para o asfaltamento de vias urbanas no Município de Barra Longa.

Nº 6.919/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para liberar recursos para o asfaltamento de vias urbanas no Município de Paula Cândido.

Nº 6.920/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para liberar recursos para o asfaltamento de vias urbanas no Município de Santo Antônio do Grama.

Nº 6.921/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para liberar recursos para o asfaltamento de vias urbanas no Município de Rio Casca.

Nº 6.922/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de informações substanciadas em cópia do inteiro teor do projeto de engenharia rodoviária para o aumento de capacidade e restauração do trecho da Rodovia MG-290 que liga o Município de Pouso Alegre à divisa com o Estado de São Paulo, via Ouro Fino, decorrente da concorrência pública regida pelo Edital nº 100/2013. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 6.923/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para liberar recursos para o asfaltamento de vias urbanas no Município de Vermelho Novo.

Nº 6.924/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para liberar recursos para o asfaltamento de vias urbanas no Município de Passa-Tempo.

Nº 6.925/2017, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado ao Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal da Superintendência Federal de Agricultura de Minas Gerais pedido de informações substanciadas no conjunto consolidado de dados indicadores dos serviços de inspeção e fiscalização de produtos de origens animal e vegetal executados por esse órgão no período de 2015 a 2017, por segmento de produto, em todas as unidades regionais da superintendência.

Nº 6.926/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para liberar recursos para o asfaltamento de vias urbanas no Município de Caputira.

Nº 6.927/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para a realização de procedimento licitatório para a contratação das obras de asfaltamento da Rodovia MG-280 nos seguintes trechos: Município de Paula Cândido-Trevo de Divinésia (14km) e Municípios de Dolores do Turvo-Alto Rio Doce (26km).

Nº 6.928/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – e ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências para a imediata verificação das condições da balança de pesagem localizada entre os Municípios de Pratápolis e Itaú de Minas, considerando as inúmeras denúncias de irregularidades e o Boletim de Ocorrência M2701-2016-0632941, de 11/8/2016.

Nº 6.929/2017, da Comissão de Transporte, em que requer sejam encaminhados ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – pedido de providências para instalar redutores de velocidades (sonorizadores ou lombadas) na Rodovia BR-267, no trevo de acesso ao Município de Cruzília, nos sentidos Caxambu e Juiz de Fora, e o Ofício nº 12/2017, dos vereadores Benigno Francisco Maciel, João Marciano Noronha e Aladel Vieira Maciel, da Câmara Municipal de Cruzília.

Nº 6.930/2017, da Comissão Extraordinária de Acerto de Contas entre Minas e a União, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre o histórico do volume dos principais produtos exportados no período de 1996 até a presente data que sofreram impacto em virtude da desoneração do ICMS. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 6.931/2017, da Comissão Extraordinária de Acerto de Contas entre Minas e a União, em que requer seja encaminhado ao Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais – Sindiextra – pedido de informações acerca do preço de 1t de minério, discriminando-se os tributos incidentes na África do Sul, na Austrália e no Brasil. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 6.932/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para a criação de grupo de trabalho para disponibilizar e sistematizar os estudos e dados existentes, qualitativos e quantitativos, sobre os recursos hídricos disponíveis em cada bacia hidrográfica, reunindo as instituições Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam –, Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam –, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM –, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear – CDTN –, Agência Nacional das Águas – ANA –, Universidade Federal de Viçosa – UFV –, Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM – e o Fórum Mineiro de Comitês, entre outras, de forma a contribuir para a formação do banco de dados.

Nº 6.934/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Copanor, à Copasa e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para a elaboração de estudo para reorientar o funcionamento da Copanor, com vistas a promover sua sustentabilidade econômico-financeira e a adequação entre a capacidade operacional e os recursos materiais, humanos e financeiros disponibilizados à empresa.

Nº 6.935/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado aos comitês de bacia do Estado e ao Fórum Mineiro de Comitês pedido de providências para que todos os planos diretores de bacias hidrográficas estabeleçam zonas de restrição de uso e ocupação para conservar mananciais (áreas de recarga, nascentes e aquíferos).

Nº 6.936/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao Fórum Mineiro de Comitês pedido de providências para que a entidade requeira dos comitês de bacia hidrográfica – CBHs – a atualização das informações relacionadas com os planos municipais de saneamento e com outras demandas relativas à área, disponibilizando-as à Comissão das Águas, para que a comissão faça um pleito dessas demandas às entidades financiadoras. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 6.937/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para o lançamento de novos editais de forma a dar prosseguimento ao Programa Bolsa Verde, precedidos de avaliação financeira, social e ambiental do andamento dos editais 2010-2011 e de discussão de novos critérios, se necessário, para alocação dos recursos junto aos Comitês de Bacia Hidrográfica – CBHs.

Nº 6.938/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado aos comitês de bacia hidrográfica – CBHs – pedido de providências para que revisem seus planos de bacia e o cálculo dos valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos, levando em consideração a manutenção, em longo prazo, de programas de pagamento por serviços ambientais.

Nº 6.939/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que, na revisão do PPAG a ser apresentada em 2017, sejam previstos maiores recursos orçamentários nas Ações 1056 – Implantação de Barraginhas, 1057 – Implantação de Cisternas de Consumo e 1060 – Implantação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água, no âmbito do Programa 122 – Água para Todos, uma vez que os recursos previstos na revisão do PPAG apresentada em 2015 foram inferiores à demanda. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 6.940/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para a regulamentação da Lei nº 10.793, de 1992, que dispõe sobre a proteção de mananciais destinados ao abastecimento público no Estado de Minas Gerais, de forma a permitir a restrição de uso de solo em bacias de abastecimento público.

Nº 6.941/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que, na revisão do PPAG a ser apresentada em 2017, sejam previstos maiores recursos orçamentários para o saneamento, uma vez que os recursos previstos são insuficientes diante da

demanda, em especial para universalização do saneamento, conforme estabelecido no Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab 2013. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 6.942/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que sejam realizados estudos sobre a viabilidade de delimitação de áreas vedadas à mineração e à prática de monocultura no Estado.

Nº 6.943/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para a imediata realização de concurso público para recomposição de quadros da Emater-MG. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 6.944/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao Fórum dos Comitês de Bacia pedido de providências para que os comitês de bacia hidrográfica – CBHs – atuem na promoção de transferência de tecnologia relativa a infraestrutura rural de uso coletivo em seus territórios, tendo como indicador a redução de sólidos em suspensão nos cursos d'água no período chuvoso.

Nº 6.945/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que, no âmbito do PPAG 2016-2019, especificamente na revisão a ser apresentada em 2017, sejam garantidos os recursos necessários para a universalização e a integralização do saneamento básico no Estado de Minas Gerais, conforme bases estabelecidas no Plansab. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 6.946/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao Fórum dos Comitês de Bacia e aos comitês de bacia hidrográfica – CBHs – pedido de providências para inclusão, nos planos de bacias, de programas de incentivo a produtores rurais que adotam sistemas de irrigação eficiente.

Nº 6.947/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que sejam efetivamente aplicados os recursos previstos no PPAG 2016-2019, para o ano de 2017, a serem executados em ações de saneamento. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 6.948/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado aos comitês de bacia hidrográfica – CBHs – pedido de providências para redução dos valores cobrados pelo uso da água aos agricultores irrigantes que utilizem boas práticas de conservação e preservação de recursos ambientais e tecnologias poupadoras de água, a título de incentivo.

Nº 6.949/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que, na revisão do PPAG a ser apresentada em 2017, sejam previstos maiores recursos orçamentários para o Programa 206 – Cultivando Água Boa – e para a Ação 2107 – Coordenação da Política Estadual de Saneamento –, que implementa o Plano Estadual de Segurança Hídrica, em âmbito estadual. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 6.950/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Procuradoria-Geral de Justiça pedido de providências para que avalie a viabilidade de utilização dos recursos oriundos dos termos de ajustamento de condutas – TACs – na implementação dos planos diretores de bacia hidrográfica do Estado.

Nº 6.951/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para o pagamento imediato dos passivos relacionados com o Programa Bolsa Verde e para o lançamento de novos editais visando a dar prosseguimento ao programa.

Nº 6.952/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para a inclusão, no Plano Plurianual de Ação Governamental, dos investimentos necessários para a efetivação da Proposta 7, transcrita a seguir, do Seminário Legislativo Águas de Minas III, com a consequente indicação de

fonte de recursos e estratégias para tal: “Proposta 7: Ampliação das dotações orçamentárias do Estado para o desenvolvimento de ações, com aporte financeiro suficiente, com estabelecimento de parcerias ou convênios e participação social, que tenham como objetivo a redução do desmatamento; a recuperação de áreas degradadas, prioritariamente com espécies nativas; a conservação de áreas naturais; a implantação de corredores ecológicos; a prevenção e o controle de queimadas e de incêndios florestais; a preservação e a revitalização ambiental dos mananciais superficiais e subterrâneos, das nascentes e das áreas de recarga; a criação, a implantação e a gestão de unidades de conservação e o fortalecimento das já existentes; o controle de espécies exóticas e invasoras; e a retomada dos projetos de Pagamentos por Serviços Ambientais – PSA; com respeito aos usos e aos costumes dos povos e das comunidades tradicionais”.

Nº 6.953/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que sejam efetivamente aplicados os recursos previstos no PPAG 2016-2019, para o ano de 2017, a serem executados pelo Fhidro, e sejam previstas aplicações para os demais recursos contingenciados.

Nº 6.954/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado aos comitês de bacia hidrográfica – CBHs – pedido de providências para que os planos diretores de bacia estabeleçam áreas de restrição de uso do solo, bem como áreas prioritárias para conservação.

Nº 6.955/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplog – pedido de providências para que, na revisão do PPAG a ser apresentada em 2017, sejam previstos maiores recursos orçamentários para a Ação 4386 – Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas –, uma vez que os recursos previstos na revisão do PPAG apresentada em 2015 foram insuficientes para atendimento das demandas.

Nº 6.956/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que não sejam contingenciados os recursos no valor de 7,5% do Fhidro a serem repassados para custeio dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

Nº 6.957/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para atualização do Zoneamento Econômico-Ecológico – ZEE – do Estado.

Nº 6.958/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para desenvolvimento, no âmbito do Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE – e do Zoneamento Ambiental e Produtivo – ZAP –, de estudos de mapeamento e coleta de dados das diversas regiões do Estado para definir zonas de restrição de uso e ocupação para conservação dos recursos hídricos.

Nº 6.959/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que a atuação do poder público do Estado tenha como foco a preservação e a conservação de recursos ambientais, visando à melhoria da qualidade e da quantidade das águas.

Nº 6.960/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para o cumprimento da legislação ambiental vigente (Deliberação Normativa Cerh-MG n.º 49/2015 e Lei n.º 7.772, de 1980), tendo em vista a necessidade de se restringirem, em situações de saturamento de uso e níveis de poluição de recursos hídricos, a outorga, a concessão de licenças ambientais e os financiamentos públicos para os grandes empreendimentos que demandem o uso intensivo de água.

Nº 6.961/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – pedido de providências para o fomento de atividades de pesquisa e inovação tecnológica para a conservação dos recursos hídricos.

Nº 6.962/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para a elaboração de estudo hidrogeológico que possa subsidiar a avaliação de viabilidade do estabelecimento de uma política pública específica e prioritária de preservação e recuperação das áreas de recarga das águas subterrâneas.

Nº 6.963/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – e à Secretaria de Estado Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de providências para elaboração de editais direcionados aos objetos da Proposta 2 do Seminário Águas de Minas III, a qual demanda o estabelecimento de incentivos fiscais e de créditos para o financiamento público de tecnologias de produção, beneficiamento e transporte sustentáveis e não intensivos em uso de água, respeitando-se o uso prioritário.

Nº 6.964/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para a elaboração de projeto de lei que crie o Monumento Natural da Serra do Gandarela, com a realização prévia de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade de conservação.

Nº 6.965/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de providências para promover e fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico de equipamentos de uso eficiente de água.

Nº 6.966/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado da Fazenda – Sefaz – pedido de providências para que sejam efetivamente disponibilizados os recursos orçamentários previstos para o ano de 2017, na Ação 4505 – Repasse da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos –, e repassados ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam –, que se encarregará das destinações previstas na Lei nº 13.199, de 1999.

Nº 6.967/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à bancada mineira da Câmara de Deputados pedido de providências para a revisão da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433, de 1997), a fim de viabilizar o recebimento de recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso da água diretamente pelas agências de bacia ou entidades equiparadas.

Nº 6.968/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para o não contingenciamento dos recursos do Fhidro e para o lançamento de novos editais direcionados à recuperação de áreas degradadas.

Nº 6.969/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de providências para que o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia – Conecit – promova e fomente o desenvolvimento científico e tecnológico de equipamentos que visem ao uso eficiente de água e à produção de energia limpa.

Nº 6.970/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de informações sobre o montante de recursos de cobrança pelo uso da água que não foram repassados em anos anteriores. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 6.971/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de providências

com vistas a analisar a viabilidade e a necessidade de criação de cursos de engenharia com enfoque tecnológico – com cursos superiores de tecnologia e cursos técnicos – nas regiões do Semiárido e do Médio Rio Doce. (– À Comissão de Educação.)

Nº 6.972/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Associação Mineira de Municípios – AMM – pedido de providências com vistas a informar aos municípios que, na revisão ou na elaboração dos planos municipais diretores, deve ser feita a integração desses planos com os planos diretores de bacia hidrográfica. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 6.973/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja avaliada a viabilidade da criação e da execução, no âmbito do PPAG 2016-2019, especificamente na revisão a ser apresentada em 2017, do projeto estadual Pacto pelo Saneamento, para atender às metas propostas pelo Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab – de 2013, a ser coordenado pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana – Conedru –, com o apoio da Secretaria de Cidades e Integração Regional – Secir. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 6.974/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Copanor e à Copasa-MG pedido de providências para que a Copanor proceda ao monitoramento das águas de abastecimento, conforme determina a Portaria nº 2.914/2011, do Ministério da Saúde, de forma articulada com a Secretaria de Estado de Saúde e as secretarias municipais de saúde. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 6.975/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae –, à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciências, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – e à Secretaria de Cidades e Integração Regional – Secir – pedido de providências para avaliar a viabilidade de criação e implantação de um procedimento padrão para determinação dos volumes de esgoto coletado e tratado, com coordenação dos entes reguladores, estabelecendo metas de melhoria de eficiência a serem consideradas nas revisões tarifárias. (– À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Nº 6.976/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae – e à Secretaria de Cidades e Integração Regional – Secir – pedido de providências para garantir transparência e clareza nas regras e nos valores cobrados pelo serviço de esgotamento sanitário. (– À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Nº 6.977/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Copanor e à Copasa-MG pedido de providências para que a Copanor elabore seu planejamento estratégico definindo objetivos e metas a serem alcançados em curto, médio e longo prazos, de forma a fazer reverter o resultado operacional negativo. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 6.978/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para o provimento de servidores nos órgãos do Sisema, de forma a assegurar maior eficácia ao seu funcionamento.

Nº 6.979/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que, na revisão do PPAG a ser apresentada em 2017, sejam previstos maiores recursos orçamentários para o Programa 120 – Gestão de Recursos Hídricos –, uma vez que os recursos previstos na revisão do PPAG feita em 2015 foram inferiores à demanda.

Nº 6.980/2017, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de informações sobre o uso de cianeto nos processos de separação de ouro ou de quaisquer outros minerais no Estado, especificando as minas em que se utiliza o cianeto e o nível de uso desse produto. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 6.984/2017, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Fundação Renova pedido de informações sobre os nomes das empresas envolvidas na reconstrução da Barragem de Fundão, quais tarefas cada uma realizará e quais os respectivos responsáveis técnicos.

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 2.808/2017

Da Comissão de Meio Ambiente em que requer seja promovida, em parceria com a Associação Mineira de Municípios – AMM –, campanha legislativa para estimular os municípios a criar leis que tornem obrigatória a hidrometração individual. (– À Mesa da Assembleia.)

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Meio Ambiente, de Agropecuária e do Trabalho.

O presidente (deputado Roberto Andrade) – Com a palavra, pela ordem, o deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Questão de Ordem

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Muito obrigado, presidente. É uma alegria muito grande cumprimentar V. Exa. e os demais pares, assim como a nossa TV Assembleia. Serei breve, mas gostaria de externar as minhas sinceras homenagens e congratulações à Cooperativa Mista Agropecuária de Paraguaçu, fundada exatamente no dia 2 de maio, completando 60 anos de ininterrupto trabalho na última terça-feira. Fiz questão de fazer essa consideração porque entendo a importância dessa cooperativa no seio da nossa região sul-mineira, que congrega hoje mais de quinhentos e cinquenta associados num trabalho magnífico em todos os setores da cafeicultura, tendo como expoente Paraguaçu, referência da cafeicultura do Estado e do País, cuidadosamente envolvendo várias frentes de trabalho. Já estive lá e, portanto, sei da importância e da participação dos seus cooperados e da responsabilidade que todos têm com essa grande cooperativa, que é o estio da nossa região e, particularmente, de Paraguaçu. Quero consignar a nossa homenagem, como já fizemos pela manhã na comissão. Homenagearemos essa importante cooperativa, que é o centro das atenções do desenvolvimento socioeconômico de Paraguaçu e de toda a região, pelos 60 anos que está completando. Em meu nome e em nome de toda a Assembleia Legislativa, quero externar as nossas sinceras congratulações aos Srs. Nilson Andrade e Antônio Fernando Branco, respectivamente presidente e vice-presidente, e aos demais diretores dessa importante cooperativa que é exemplo e modelo de toda a nossa região do Sul de Minas. Ficam aqui consignadas, neste momento, as nossas homenagens à querida cooperativa de Paraguaçu pelo transcurso dos seus 60 anos, que está completando exatamente nesta semana. Obrigado, presidente.

Oradores Inscritos

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Gustavo Valadares.

– Os deputados Gustavo Valadares, Felipe Attiê, Sargento Rodrigues e André Quintão e a deputada Marília Campos proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, no uso de suas atribuições, reforma despacho anterior e determina seja o Projeto de Lei nº 1.883/2015, do deputado Cabo Júlio, desanexado do Projeto de Lei nº 1.459/2015, do deputado Arlen Santiago. Sendo assim, a presidência encaminha o Projeto de Lei nº 1.883/2015 às Comissões de Justiça, de Segurança Pública e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Mesa da Assembleia, 4 de maio de 2017.

Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente, no exercício da presidência.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, no uso de suas atribuições, reforma despacho anterior e determina seja o Projeto de Lei nº 3.874/2016, do deputado André Quintão e outros, desanexado do Projeto de Lei nº 498/2015, dos deputados Fred Costa e Noraldino Júnior. Sendo assim, a presidência encaminha o Projeto de Lei nº 3.874/2016 às Comissões de Justiça e de Educação para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Mesa da Assembleia, 4 de maio de 2017.

Dalmo Ribeiro Silva, 2º-vice-presidente, no exercício da presidência.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 6.916 e 6.925/2017, da Comissão de Defesa do Consumidor, 6.917 a 6.921, 6.923, 6.924 e 6.926 a 6.929/2017, da Comissão de Transporte, 6.932, 6.934, 6.935, 6.937, 6.938, 6.940, 6.942, 6.944, 6.946, 6.948, 6.950 a 6.969, 6.978 e 6.979/2017, da Comissão de Meio Ambiente, e 6.984/2017, da Comissão do Trabalho. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Meio Ambiente – aprovação, na 4ª Reunião Ordinária, em 3/5/2017, do Projeto de Lei nº 3.816/2016, do deputado Noraldino Júnior, com a Emenda nº 1, e dos Requerimentos nºs 6.835 e 6.854/2017, do deputado Noraldino Júnior;

de Agropecuária – aprovação, na 4ª Reunião Ordinária, em 3/5/2017, do Projeto de Lei nº 3.783/2016, do deputado Gil Pereira;

e do Trabalho – aprovação, na 5ª Reunião Ordinária, em 4/5/2017, dos Projetos de Lei nºs 3.616/2016, do deputado Arnaldo Silva, 3.624/2016, do deputado Cabo Júlio, 3.703, 3.725 e 3.797/2016, do deputado Léo Portela, 3.740/2016, do deputado Sargento Rodrigues, 3.798/2016, do deputado Fred Costa, 3.803/2016, do deputado Emidinho Madeira, 3.880/2016, do deputado Ulysses Gomes, 3.885/2016, do deputado Paulo Guedes, e 3.901/2016, do deputado Dilzon Melo (Ciente. Publique-se.).

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de amanhã, dia 5, às 19 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 7ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/4/2017

Presidência do Deputado Cabo Júlio

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Presidente – Homenagens a Atletas – Entrega de Placa – Palavras do

Sr. João Carlos Godoi – Palavras do Sr. Ricardo Sapi – Homenagens a Atletas – Apresentação Artística – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparece o deputado:

Cabo Júlio.

Abertura

O presidente (deputado Cabo Júlio) – Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear a Federação Mineira de Karate.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Ricardo Sapi, secretário de Estado de Esportes, representando o governador do Estado, Fernando Damata Pimentel; João Carlos Godoi, presidente da Federação Mineira de Karate; Nelson Luiz Bittencourt Sardenberg, professor de caratê; Wallid Farid Ismail, presidente da Associação Brasileira Liga de MMA; e Paulo Henrique Costa, lutador de UFC.

Registro de Presença

O locutor – Gostaríamos de registrar a presença, nesta solenidade, do Ten.-Cel. Sérgio José Ferreira; do professor de lutas da UFMG, Maicon Albuquerque; e do Sr. Luiz Otávio Silva Júnior, presidente da Federação de Lutas Associadas de Minas Gerais. De maneira especial, quero fazer uma saudação ao repórter, jornalista e apresentador multimídia Ricardo Carlini, vice-presidente da Federação de MMA e da Federação de Lutas Associadas de Minas Gerais, em nome de quem estendemos as nossas saudações a todos os representantes da imprensa presentes. Gostaríamos também de registrar a presença do ex-atleta da seleção brasileira Antônio Carlos Pinto, o Pré. Também conosco o atleta da seleção brasileira Reginaldo Janaúba e a Rita de Cássia Pereira, relações-públicas do Cruzeiro Esporte Clube.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para ouvir o Hino Nacional.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos agora a um vídeo institucional sobre a Federação Mineira de Karate.

– Procede-se à exibição do vídeo.

O locutor – Com a palavra, o deputado Cabo Júlio, autor do requerimento que deu origem a esta reunião.

Palavras do Presidente

Mais uma vez, boa noite a todos. Sejam muito bem-vindos à Assembleia. Quero começar cumprimentando o homenageado, o Sr. João Carlos Godoi, presidente da Federação Mineira de Karate; o nosso querido amigo secretário de Estado de Esportes, Ricardo

Sapi, neste ato representando o governador do Estado de Minas Gerais, Fernando Pimentel; o meu *sensei* Nelson. Uma saudação especial ao *sensei* Freizer, que, para nós, é um mito. Quero cumprimentar também o Wallid, presidente da Liga Brasileira de MMA, nosso amigo do coração; o lutador de UFC – quando falaram em Paulo Henrique, eu não tive ideia de quem fosse –, o Borrachinha, seja muito bem-vindo. Quero cumprimentar também o tenente-coronel do Corpo de Bombeiros e subcomandante da academia, o meu comandante Ten.-Cel. Sérgio Ferreira. Enfim cumprimento todos os atletas que aqui estão, as pessoas que nos acompanham por meio da TV Assembleia.

Essa ideia de fazer esta solenidade nasceu de uma conversa minha com o *sensei*. Nós falávamos da necessidade de mostrar não só para aquelas pessoas que treinam caratê, para os esportistas, mas também para aqueles que não o praticam. Minas Gerais é um celeiro, um berço de grandes atletas, viu, secretário? Secretário, o senhor tem ideia disso, porque também é lutador de *taekwondo*. Eu vi o seu quimono e sua faixa preta. O senhor sabe como Minas Gerais é um celeiro de grandes atletas. Aqui nesta plateia o senhor pode ver muitas pessoas de gerações que já passaram, de gerações que aí estão, de gerações que estão nascendo de grandes atletas.

Então eu me sinto muito feliz de poder fazer esta homenagem à Federação Mineira de Karate, que neste ano completa 40 anos de história. Foi fundada em 1977. Mas o que nós gostaríamos de passar com esta homenagem? Primeiro, mostrar a todos que caratê – aí me permita estender isso não só ao caratê, mas a todos os esportes aqui representados; mas principalmente o caratê, que é a motivação desta homenagem à Federação Mineira de Karate – é vida, caratê é saúde, caratê é disciplina, caratê é companheirismo, caratê é respeito.

Eu estava até brincando com a moça do Cerimonial, porque existe todo um rito para montar a mesa. Eu disse: “Bacana, mas coloca o meu *sensei* do meu lado”. Caratê é isto: respeito aos nossos mestres, respeito àquelas pessoas que nos formam, respeito às pessoas com quem a gente vive.

Eu tinha um monte de coisas para dizer aqui, coisas que escreveram, mas eu não vou dizer nada disso. Fiz questão de falar – viu, *sensei* e presidente? – do meu coração. É uma honra para mim. Eu treino caratê desde os meus 16 anos. A gente treina durante cinco anos, para mais cinco; treina mais dois, para mais dois; volta, quebra o braço e fica mais dois anos sem treinar; volta de novo, depois quebra o outro braço e fica mais um tempo; depois vem a faculdade, a pós-graduação, a luta com o mestrado. Isso atrapalha um pouco, mas o caratê está na alma, está no sangue.

Homenagens a Atletas

O presidente – É com muito prazer que eu digo que me sinto honrado de fazer esta homenagem à federação mineira e a todos vocês. Sejam muito bem-vindos.

A gente fez algumas homenagens.

Peço que algumas pessoas que homenagearemos tomem posição à frente, em primeiro lugar, o nosso presidente João Carlos Godoi. Vou bagunçar tudo aqui. Chamo o *sensei* Freizer e o nosso secretário para entregarem a homenagem do dia ao nosso presidente da federação.

– Procede-se à entrega de diploma.

O presidente – Foi necessário um ano para encontrarmos uma agenda na Assembleia Legislativa para esta homenagem. Diziam: “Não dá, porque tem isso e aquilo”. Secretário, todos os dias na Assembleia Legislativa é realizada uma homenagem, então, eu disse: “Não; para a Federação Mineira de Karate temos de prestar uma homenagem nem que seja no sábado, no domingo, às 3 horas da manhã, no dia 1º de maio”. Pegamos carona e resolvemos homenagear alguns esportistas que levam o nome de Minas Gerais para o Brasil e para o mundo. Gostaria de chamar o Bruno Júlio, meu filho e presidente do Dragon Fight de Minas Gerais, para entregar uma homenagem ao Wallid, que pode se postar à frente também, que é presidente da Associação Liga Brasileira de MMA. E

também o Borrachinha. Farei uma bagunça: peço ao meu *sensei* que, junto com o Bruno, entregue a homenagem. Disse ao Wallid que, depois, o pegaremos lá fora.

– Procede-se à entrega de diploma.

Entrega de Placa

O locutor – Permita-me, Sr. Presidente desta solenidade, deputado Cabo Júlio, prestar um esclarecimento aos presentes bem como aos telespectadores da TV Assembleia que nos assistem: esse momento de homenagem foi de iniciativa exclusiva do deputado Cabo Júlio, pois, neste instante, será entregue uma placa da instituição Assembleia Legislativa. O deputado Cabo Júlio, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, neste ato representando o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Adalclever Lopes, fará a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem ao presidente da Federação Mineira de Karate, João Carlos Godoi, o qual convidamos a se posicionar no local apropriado. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: “O caratê, esporte cujo maior objetivo, ao lado da defesa pessoal, é o aperfeiçoamento do caráter, por meio de árduo treinamento e rigorosa disciplina da mente e do corpo, foi trazido para Minas Gerais pelo grande professor Akio Yokoyama. Seu legado aqui em nossas terras se espalhou pelo País e pelo mundo, tendo formado vários professores e diversos campeões. A Federação Mineira de Karate, fundada em 6 de agosto de 1977, está presente em 143 municípios de Minas Gerais, com 267 filiados e vinculados, constituídos por clubes, associações, academias e projetos sociais. Em comemoração dos 40 anos de fundação da Federação Mineira de Karate, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais presta à instituição esta justa homenagem”.

O presidente – Essa é bonita, é institucional.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. João Carlos Godoi

Exmos. Srs. deputado Cabo Júlio – representando o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Adalclever Lopes –, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; Ricardo Sapi, secretário de Estado de Esportes, representando o governador do Estado de Minas Gerais, Fernando Pimentel; Wallid Farid Ismail, presidente da Associação Liga Brasileira de MMA; Nelson Luiz Bittencourt Sardenberg, professor de caratê; Paulo Henrique Costa, o Borrachinha, lutador de UFC; amigos; companheiros caratecas; senhoras e senhores, sermos homenageados nesta Casa não nos é somente motivo de orgulho, tampouco significa um prêmio ou um troféu. Demonstra-nos, sim, o reconhecimento do nosso trabalho, da nossa luta e da nossa abnegação e também do nosso amor ao esporte e à arte do caratedô. Nada nos é mais importante neste momento do que pormos os nossos pensamentos em tudo que foi desenvolvido desde a fundação da nossa entidade, em 1977, até a atualidade, e o importante mesmo é refletirmos o quão significativa foi a nossa participação nesse processo de desenvolvimento.

Desde o primeiro momento em que se decidiu pela fundação de uma entidade que congregasse clubes, associações e praticantes, fundamentados em uma lei que foi criada para amparar o processo federativo, para que fossem seguidos os princípios esportivos da visão do Ministério da Educação e Cultura, o MEC, os caratecas e amantes da arte trabalharam proficuamente para que o esporte caratê, sob os auspícios dessa FMK, figurasse entre as entidades de administração do esporte em Minas Gerais e no Brasil.

Em um passado não muito distante, muitas regiões de Minas Gerais não tinham acesso à tecnologia suficiente para se inteirarem do que chamamos de integração ao processo evolutivo dos sistemas que regem entidades criadas para atenderem aos interessados em se aprofundarem no aperfeiçoamento técnico do esporte e da arte.

As primeiras gestões frente à Federação Mineira de Karate foram feitas em modelos copiados, já, na época, quase arcaicos, subjetivando de certa forma, o poder dos mestres que tinham preparação prática e visões altamente amadoras de como instituir o trabalho a ser seguido pelos filiados que mais se pareciam com ovelhas assustadas com o cajado do seu pastor.

Pouco a pouco fomos inseridos naturalmente à modernidade e ao processo democrático e orientador da forma globalizada de como auferirmos êxito na manutenção de um trabalho que pode oferecer informação, orientação e auxílio a todos os que buscam, na nossa entidade, uma alavanca ou mesmo um sinal para que possam se integrar ao processo evolutivo do esporte e da arte do caratedô. De todos os trabalhos que desenvolvemos, muito nos orgulha termos aberto as portas da nossa entidade para receber praticantes de vários estilos e escolas que ensinam o caratedô de formas distintas, porém com a mesma disciplina e responsabilidade.

Hoje, com o reconhecimento do esporte caratê como modalidade olímpica, temos uma responsabilidade ainda maior, que é a de atender o que emana a carta olímpica e demonstrar que a arte do caratedô é, sem dúvida, uma flecha lançada à frente da modalidade esportiva e que sempre manterá as bases da disciplina e da formação do caráter, princípios estes que estão contidos nos ideais da nossa entidade, a Federação Mineira de Karate.

Neste 2017, comemoramos 40 anos de fundação da Federação Mineira de Karate e temos motivos de sobra para comemorar com alegria e orgulho, seja pelas realizações bem-sucedidas, seja pelos títulos e conquistas que obtivemos com a nossa representação esportiva, seja pelos laços de amizade e comprometimento que nos acompanham nessa trajetória.

Os ensinamentos dos grandes mestres, no que dizem respeito à filosofia e ao doutrinamento, nunca foram em vão quando aplicados ao trabalho de entidades que verdadeiramente se apegam aos ideais de solidificação e que respondem à altura aos anseios de quem as procuram com o intuito de somarem forças, desmascarados de mesquinhas e individualismos.

A Federação Mineira de Karate, essa entidade aberta e receptiva, é, no dia de hoje, homenageada por indicação de um nobre deputado, que tem em sua formação também os ideais caratecas. O deputado Cabo Júlio, ao idealizar esta homenagem, com toda a certeza, estava em momento de inspiração, visualizando assim quanto nos seria importante recebermos tal gratidão.

Com a consciência tranquila de estarmos conduzindo os trabalhos de nossa entidade rumo aos caminhos que nos levam a vitórias significativas nos campos do esporte, da sociabilização e da disciplina, deixamos aqui, gravada nesta cerimônia, nossa mensagem de otimismo, reafirmando nossos compromissos de dedicação e empenho na luta constante pelos ideais de evolução, solidificação e responsabilidade.

Onegai shimasu. Muito obrigado. Oss!

Palavras do Sr. Ricardo Sapi

Boa noite a todos e a todas. Gostaria de cumprimentar o Exmo. Sr. deputado Cabo Júlio, representando o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Adalclever Lopes e autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; Sr. João Carlos Godoi, presidente da Federação Mineira de Karate; Sr. Wallid Ismail, presidente da Associação da Liga Mineira de MMA; Sr. Nelson Luiz Bittencourt Sardenberg, professor de caratê; Sr. Paulo Henrique Costa, o Borrachinha, lutador de UFC; amigos, colegas da imprensa, lideranças do esporte já denominadas pelo cerimonial, boa noite. Boa noite a todos presentes nesta homenagem mais que merecida.

Antes de mais nada, gostaria de dizer que é uma honra estar aqui nesta noite, representando o excelentíssimo governador de Minas Gerais, Sr. Fernando Pimentel, por meio da Secretaria de Estado de Esportes.

Primeiramente, gostaria de parabenizar o deputado Cabo Júlio por esta iniciativa e também o Sr. João Carlos Godoi, presidente da Federação Mineira de Karate, pelo trabalho que vem desenvolvendo à frente dessa organização, que possui relevante atuação no meio esportivo. Estendo os parabéns também aos homenageados, Paulo Borrachinha e Wallid Ismail.

Vale ressaltar que o caratê, por meio dos mecanismos da Secretaria de Estado de Esporte, como a lei estadual de incentivo, possui 10 projetos contemplados que vêm ao encontro da modalidade, totalizando um valor aprovado para captação de quase R\$2.000.000,00, referentes aos incentivos fiscais da administração estadual.

Além disso, em relação ao ICMS Esportivo, no ano-base de 2015, lembrando que o ano de 2016 está em apuração, foram realizados 84 programas e projetos em 31 municípios com a modalidade caratê, com um total de 3.094 participantes.

Eu, que sou praticante e faixa preta em *taekwondo*, sei muito bem a importância da prática de uma arte marcial tão nobre quanto o caratê na formação do caráter, na disciplina e dedicação de seus praticantes. É por isso que, assim como vocês, comemorei muito a inclusão da modalidade no programa olímpico de Tóquio, em 2020, ainda mais que o Brasil tem grandes chances de subir ao pódio, já que atualmente ocupamos o 6º lugar no *ranking* mundial da modalidade, representados por atletas com resultados expressivos.

Assim como no *taekwondo*, em que tivemos um mineiro no pódio durante o Rio 2016, desejo que, em 2020, também possamos comemorar um grande resultado de um atleta que represente a bandeira do Estado de Minas Gerais. Boa noite a todos.

O presidente – Quero aproveitar este momento em que o secretário e o presidente da federação estão aqui para quase fazer um apelo, secretário. Temos visto que, embora Minas Gerais seja um celeiro de grandes atletas, muitas vezes as nossas competições ou encontros são muito modestos, por falta de apoio. E, às vezes, não é falta de apoio por que não há o recurso, mas porque não se conhece o mecanismo para buscá-lo, como o ICMS Esportivo ou esses projetos de bolsa.

Muitos dos nossos grandes atletas penam e não alçam voos maiores porque têm de ter uma outra atividade para manter a família. Às vezes, eles têm dificuldade para participar de eventos fora do Estado e até fora do País.

Acredito, presidente, que seria muito importante – e faço isso talvez como um intermediário para uma relação mais estreita entre a federação e a secretaria, pois agora temos um secretário faixa-preta de *taekwondo*, que conhece a nossa modalidade – propor, *sensei* Nelson, uma proximidade maior entre a federação e a secretaria. O secretário é um cara muito bacana. Falo isso com muita tranquilidade. É um cara amante do esporte. Ele não é um técnico ou um jogador de futebol que não está nem aí para o caratê, muito pelo contrário. Proponho que haja uma interação maior, e me coloco como intermediário para isso, entre a federação e a Secretaria de Esportes. Estou no meu quinto mandato parlamentar. Fui vereador, deputado federal, por dois mandatos, e deputado estadual. Quero fazer esse intercâmbio para que os nossos atletas de Minas Gerais possam ter maior incentivo para treinar, viajar e, quem sabe, poderemos realizar em Minas Gerais, no final do ano, um grande evento em que o Brasil inteiro venha para cá. Quem sabe um evento no Mineirinho ou onde quer que seja, com o apoio do governo do Estado, da secretaria. Dá para fazer isso. Temos condições de fazer isso.

Há recursos para buscar. Muitas vezes o atleta não sabe como buscar esse recurso e pena para levantar patrocinadores privados para comprar um suplemento. Para conseguir um patrocinador privado, muitas vezes, o atleta tem de colocar seu quimono como uma bandeira, cheio de patrocinadores, sendo que o Estado pode fazer isso e tem como fazê-lo. Acredito que nossos atletas precisam desse incentivo, dessa ajuda e dessa porta aberta.

Não tenho a permissão do secretário para falar, mas falo isso como amigo, sei como ele nos recebe lá. Tenho certeza de que a Secretaria de Esportes estará aberta a ajudar os nossos caratecas a alçar maiores voos, e o nosso pessoal precisa muito disso. E V. Exa., como presidente, nosso ponta de lança, tenho certeza de que terá as portas abertas do governo do Estado e da Secretaria de Esportes, para fazermos grandes eventos dando condições aos nossos atletas de competirem bem, para ganhar. Esse é o apelo que faço, permitam-me, em nome de todos os nossos caratecas aqui presentes nesta noite.

Homenagens a Atletas

O presidente – Mais uma vez, vou quebrar o protocolo. Digo sempre que o caratê é disciplina. Aprendi, até porque sou militar de carreira há 28 anos, que a gente tem de reconhecer os nossos mestres. Então, quebrando o protocolo e fazendo uma surpresa, quero que meu *sensei* tome lugar de honra para que possamos homenageá-lo também. Aproveito também para chamar o nosso secretário para também homenageá-lo.

– Procede-se à entrega de diploma.

O presidente – Muito obrigado. Pode retornar, secretário.

O Sr. Nelson Luiz Bittencourt Sardenberg – Quero chamar à frente o presidente da Federação Mineira de Karate para fazer a entrega das homenagens que a federação fará aqui. Primeiramente, entregaremos uma placa de agradecimento ao deputado estadual Cabo Júlio, autor da homenagem à federação mineira.

– Procede-se à entrega de placa da Federação Mineira de Karate.

O Sr. Nelson Luiz Bittencourt Sardenberg – Chamo à frente o primeiro aluno do *sensei Akio Yokoyama*, Jarbas Juarez, nosso artista plástico. Está recebendo uma homenagem ao *sensei Akio Yokoyama, in memoriam*, que foi a pessoa que trouxe o caratê para Minas Gerais. Peço-lhes uma salva de palmas.

– Procede-se à entrega de placa da Federação Mineira de Karate.

O Sr. Nelson Luiz Bittencourt Sardenberg – Chamo à frente Dr. Marcelo Arantes, presidente da Federação Mineira de Karate, fundador da Confederação Brasileira de Karate e também meu professor de caratê.

– Procede-se à entrega de placa da Federação Mineira de Karate.

O Sr. Nelson Luiz Bittencourt Sardenberg – Chamo à frente meu pai preto, Antônio Fernando Pinto Freizer, Freizão.

– Procede-se à entrega de placa da Federação Mineira de Karate.

O presidente – Este microfone está aberto? Quebrando mais uma vez o protocolo, se alguém quiser falar alguma coisa, homenagear alguém, rapidamente, por 2 minutos, pode utilizá-lo. A gente está abrindo o espaço para algum *sensei* ou aluno que queira falar. Depois farei a mesma coisa com os componentes da Mesa. O microfone está aberto. É sempre assim; a vergonha é só para o primeiro, depois pega-se o embalo. Então, se quiserem fazer uso da palavra, o microfone está à disposição para qualquer pessoa da plateia. Alguém? Todo mundo está com vergonha? Claro.

O Ten.-Cel. Ferreira – Boa noite a todos. Sou o Ten.-Cel. Ferreira, do Corpo de Bombeiros. Quero agradecer ao deputado Cabo Júlio e parabenizá-lo pela grandeza da iniciativa. Não sou atleta de caratê...

O deputado Cabo Júlio – Ainda dá tempo.

O Ten.-Cel. Ferreira – Sei o quanto é importante a higidez física, a boa saúde, a disciplina e os valores que foram citados aqui. Senti-me no meu quartel cultuando os meus valores. Vejo essa similaridade, essas questões que nos aproximam, claro que cada qual nas suas missões. Estou muito satisfeito por estar aqui representando o nosso comandante, Cel. Cleberson, e ter a oportunidade de ver pessoas que vêm lutando, há tanto tempo, por uma causa, um ideal tão importante para nossa sociedade tão carente de valores. Então, mais uma vez, parabéns a todos os envolvidos. Parabéns pela iniciativa. Meu cordial boa noite.

O presidente – Você sabia que existe um campeonato militar de caratê? Aliás, na nossa academia, há o Flávio, que é soldado em Sabará, que, se não me engano, foi campeão no último campeonato de caratê. Com a palavra, o *sensei*.

O Sr. Marcelo Arantes – Depois de 40 anos na Federação Mineira de Karate, vivi hoje essa emoção e alegria com amigos, atletas e professores que fizeram o caratê de Minas ser reconhecido no Brasil inteiro. Quando fui presidente da Federação Mineira de Karate – fui o segundo presidente –, Minas não tinha ainda ganho nenhum campeonato brasileiro de caratê. Então, tenho a alegria de ver, em um campeonato realizado em Belo Horizonte, Minas se tornar, pela primeira vez, campeã brasileira de caratê por equipe. E tivemos 10 atletas. O campeão brasileiro individual, Adilson, não veio aqui hoje, e o técnico Freizer, aqui presente, está treinando e fazendo despontar esses atletas de Minas a fim de fazerem o nome da Federação Mineira de Karate.

Parabéns ao deputado Cabo Júlio por esta iniciativa. Parabenizo o presidente da federação mineira, que foi meu sucessor e está aí, até hoje, brilhando na instituição e divulgando o caratê mineiro Brasil afora. Foi muita honra estar aqui. Recebi com muita emoção esta homenagem para a federação mineira.

O presidente – Mais alguém da plateia deseja fazer uso da palavra?

O Sr. Guilherme Martins – Boa noite. Meu nome é Guilherme e treino caratê por iniciativa do Nelson, meu amigo e professor. Então, depois de um evento – como disse o *sensei* Marcelo – com tantos homenageados e tão bonito, queria falar sobre a dedicação do Nelson ao caratê. Ele sempre se dedicou. Nós nos conhecemos há trinta e poucos anos e de fato sua dedicação à atividade, à arte é algo incomparável, e é importante que isso sirva de exemplo a cada um de nós, às novas gerações, a todos os presentes. Estou vendo muita força no caratê, que está renascendo, e isso está muito interessante, muito bacana de acompanhar. Parabéns ao Nelson, que está em parceria com o deputado Cabo Júlio, por esta iniciativa. Parabéns.

O presidente – Mais alguém?

O Sr. Reginaldo Soares – Boa noite. Acabei de chegar de uma competição internacional e tracei minha rota para estar aqui. É um imenso prazer e grande honra estar nesta Assembleia Legislativa, diante de todos vocês. Tive a honra de ter o grande Freizer como técnico, um grande pai e irmão. Além disso, tive a honra de fazer parte da seleção junto com o Nelson. Isso para mim foi muito importante. Quantas vezes ouvi o presidente João Carlos Godoi gritando “Vai, Janaúba”, chorando, esgoelando no final do campeonato brasileiro? O Freizer levantou da cadeira como nunca tinha feito antes. Ouvi isso. Nós defendemos o nosso estado, a nossa Minas Gerais, com honra, garra, como um leão.

Aqui conheci várias famílias e nos tornamos uma só. Somos o caratedô e viemos defender o nosso estado, com muita honra. Estamos aqui para isso. *Oss!* E que venham os jogos olímpicos.

O presidente – Mais alguém?

O Sr. Jarbas Juarez – Queria dizer duas palavrinhas apenas a meus colegas de ontem e de hoje. O caratê começou muito humildemente, como vocês viram. O Akio, quando chegou, começou a lecionar. Depois, o Mana, seu grande amigo, que falava bem o português – o Akio não falava bem –, abriu uma sala no Edifício Santo Antônio, na esquina das Ruas São Paulo e Rio de Janeiro, no 7º andar. A academia tinha, mais ou menos, 30m², eram 3m por 10m. E éramos apenas quatro. Havia um outro que saiu. Os que na verdade permaneceram foram o Luizito e o Mário Lúcio, que vocês conhecem e foram os dois primeiros faixas-pretas da academia. Humildemente, o Akio, com toda a dificuldade, tentou levantar o caratê, fazendo demonstrações em colégios, aqui e acolá, até que conseguimos um espaço maior na Galeria Ouvidor, no 3º andar, onde se formou a maioria dos grandes atletas da Tenri Dojo. Depois, foi para a Rua Caetés, e, mais tarde, veio essa mudança toda.

Essa é uma mínima história do caratê. Fui padrinho de casamento do Akio. Morava sozinho no Jaraguá, e ele e seu irmão moraram em minha casa durante 10 meses. Depois, nós nos separamos; cada um foi para um lado. Essa é uma mínima história de como começou, pois ninguém sabia o que era caratê. Valeu a pena. Graças a Deus e ao *sensei* Freizer, que está em minha presença e é um grande atleta, eu continuo. Lembro-me de quando ele entrou para a academia, nos anos 1972, 1973, por aí. Não teve oportunidade de participar do 1º Campeonato Brasileiro de Karate realizado em Brasília. Lembro-me de que foram o Zero Zero, o Luizito, o Mário Lúcio, o Tijolo. Éramos uma equipe de cinco ou seis. Não ganhamos nada, mas eles se saíram bem. Eu era técnico da equipe. Sempre fui faixa-rosa, nunca me preocupei muito com isso, a faixa-preta veio depois, preocupava-me mais em treinar.

Tive um vínculo muito grande com o *sensei* Akio durante todo o tempo em que morei com ele. Quero lembrar-lhes que ele era um homem bom, estudioso. Ele adorava ler em japonês, pois não lia em português; devorava livros. No domingo, ele gostava de se deitar com muitos livros ao lado, jogando água fria na cabeça. Guardo grande saudade dele até hoje. Tenho um grande respeito por ele, assim como respeito esse grande atleta que é o Freizer. Tenho uma imensa gratidão por todos os colegas com quem hoje convivo, pois treino na academia. É claro que treino o meu caratê. Estou com 81 anos, não posso treinar como um jovem de 20 anos, mas me esforço para estar presente ao lado de todos eles, que são a grande família que tenho, a turma dos caratecas. Amo todos vocês. Parabéns por tudo. Parabéns a todos os que têm participado em prol do caratê. Parabéns ao deputado Cabo Júlio, aos grandes mestres e ao Nelson. Muito grato por tudo. *Oss!*

O presidente – Ouviremos mais uma pessoa.

O Sr. Maicon Albuquerque – Boa noite. Boa noite aos membros da Mesa. Sou o professor Maicon, da Universidade Federal de Minas Gerais, e o responsável pela cadeira de lutas dessa nossa grande universidade. Gostaria de aproveitar para agradecer a iniciativa do deputado, que é fantástica, já que as lutas, muitas vezes, ficam relegadas, na sua grande maioria, quando se fala em esporte. Então, primeiro, muito obrigado pela iniciativa. Segundo, para todos os presentes, gostaria de dizer que a UFMG está de portas abertas, e hoje temos uma estrutura fantástica para receber atletas, para receber vocês. Eu me coloco à disposição da Federação de Karate para fazermos uma parceria entre a UFMG e a Federação de Karate. Muito obrigado.

O presidente – Obrigado. Antes de fazermos nossa apresentação, alguém da Mesa quer fazer uso da palavra? Wallid?

O Sr. Wallid Farid Ismail – Agradeço esta homenagem do deputado. Falarei pelo MMA. Agradeço a todos os atletas de MMA que estão aqui. Faremos uma foto ao final para o lançamento de *jungle fight*, que acontecerá no dia 27 de maio. Está aqui nosso querido secretário de Esportes, que não mede esforços para que ele seja realizado no Mineirinho. Agradeço ao Bruno Júlio, presidente do Jungle Fight em Minas Gerais. Todos estão convidados. Podem ir ao gabinete do deputado.

O presidente – Vai haver um camarote lá.

O Sr. Wallid Farid Ismail – Haverá um camarote para todos os lutadores, porque esse é um evento de lutador para lutador. Eu não me considero presidente, mas um carregador de cadeira. Trabalho muito pelo esporte. Não tenho ainda sua idade, mas também sou do tempo em que, quando se falava em MMA, em jiu-jítsu, as pessoas perguntavam o que era isso. Perguntavam o que era o vale-tudo. Acho tudo muito importante. Precursores do esporte, vocês estão de parabéns. Agradeço aos precursores, às pessoas que realmente abriram as portas, que, na verdade, derrubaram as portas, porque elas não se abriram facilmente.

Agradeço aos atletas de MMA, aos quais digo que dois mineiros lutarão pelo título mundial, pelo *jungle fight*. Peço-lhes uma salva de palmas para eles. O Máquina da Dor realmente fará um trabalho incrível.

O presidente – Espere. Tem de falar o nome do time direito.

O Sr. Wallid Farid Ismail – Máquina da Dor, queria que você falasse alguma coisa rapidamente, só para citar a força de Minas Gerais. Alguém pode dar o microfone para ele?

O Sr. Eduardo de Souza Silva – Primeiramente, boa noite. Queria agradecer a oportunidade da disputa pelo cinturão. Tenho feito um trabalho, há 16 anos, de artes marciais. Graças a Deus, a tão esperada oportunidade chegou. Venho sonhando com esse cinturão desde quando o *jungle fight* começou. Há muitos anos, venho sonhando com essa oportunidade. Quando assistia às lutas da minha casa, dizia que um dia lutaria no *jungle*. Às vezes, vemos as coisas acontecerem e pensamos que nunca iremos consegui-las. Graças a Deus, tenho feito um bom trabalho. Deus tem me abençoado e colocado pessoas boas em minha vida. A tão esperada oportunidade chegou para mim, chegou para Belo Horizonte. O maior evento da América Latina está aqui para nós. Creio que grandes portas serão abertas para todos os atletas.

Como já disseram aqui, os atletas passam por muitas dificuldades. Quem vê, pela televisão, o atleta lutando não sabe o que há por trás daquilo. O atleta sofre muito e passa por muitas dificuldades. Nosso MMA é um esporte de superação, não só o MMA, mas o caratê e todas as artes marciais. Com o nosso MMA, não é diferente. Temos passado por muitas dificuldades em nosso país. Passamos por uma época ruim. No caso do MMA, não foi diferente. Temos passado por várias coisas ruins. Graças a Deus, o *jungle fight* veio para abrir as portas para os atletas, para dar oportunidade a todos. O CAD nesse evento é composto, praticamente, por 90% de mineiros, justamente para nos dar essa oportunidade, que não estávamos tendo. Agradeço, desde já, a oportunidade que o Wallid nos deu de estar aqui na Assembleia. Muito obrigado.

O Sr. Wallid Farid Ismail – É um orgulho. É o responsável junto com o Bruno Júlio. Venha cá, Bruce Souto. Também queria que você falasse dessa oportunidade. Eles não estão lutando porque é um evento em Minas Gerais, mas porque venceram lutas e conquistaram essas oportunidades.

O presidente – Antes gostaria de falar um minutinho. Vocês repararam que, nas Olimpíadas, grande parte dos atletas brasileiros que se destacaram, ou a maioria deles, eram militares das Forças Armadas? Repararam nesse detalhe? Até chamou a atenção o fato de eles fazerem continência. Indagavam se isso poderia ser feito ou não. Por que será? Por causa do apoio salarial. As Forças Armadas têm uma academia de educação física forte e investe no atleta. Minas Gerais é como eu falei. Seguindo o Prof. Néelson, afirmamos que atletas do caratê estão sendo incorporados às Forças Armadas ou serão patrocinados por elas. Eles vão tornar-se militares. Que diferença faz quando o bom atleta tem o apoio devido. Repito, Minas Gerais tem tudo para brilhar. Muitas vezes, o que falta para os nossos atletas é o apoio institucional, seja por parte do governo do Estado, seja por parte de quem quer que seja. É preciso dar condições. Acho que aquele menino é do Pará. Não é isso?

O Sr. Wallid Farid Ismail – Não, os dois são de Minas Gerais. Um lutará contra um paraense; o outro lutará contra...

O presidente – Um atleta, um carateca, às vezes, para participar de um esporte olímpico, para participar das Olimpíadas, tem, primeiramente, a preocupação em como arranjará dinheiro para a passagem e para se manter no evento. Ele se pergunta como terá alimentação diferenciada. Essa talvez seja a grande motivação desse evento. Há aqui muitos campeões que precisam apenas ser empurrados e ajudados.

O Sr. Wallid Farid Ismail – Vai lá, Bruce.

O Sr. Bruce Souto – Boa noite. Antes de tudo, gostaria de parabenizar os homenageados. Agradeço ao deputado e ao Sr. Wallid Ismail. Para mim, é muito importante estar aqui hoje. Primeiro, fico feliz por ver que o esporte em Minas tem crescido muito. Temos nos destacado em todas as modalidades, não só no MMA, mas também no caratê, no jiu-jítsu. Temos grandes representantes nessas modalidades.

Essa oportunidade no *jungle figth*, com certeza, abrirá portas. Ela voltará os olhos do mundo para nós. Esse evento será transmitido para toda a América Latina. Sei que ele fará a diferença. Como disse o Máquina da Dor, estamos há muito tempo buscando nossa oportunidade, e ela veio. Batalhamos, trabalhamos para isso. Daremos nosso melhor lá, no dia 27, ao representar não só o MMA, mas também Minas Gerais. Como eu disse, os olhos estarão voltados para nós. Ao fazermos o nosso trabalho, outras pessoas virão para nos ajudar, porque estamos passando por grandes dificuldades no esporte. Agora, com o incentivo do presidente Wallid Ismail, de nosso deputado e do secretário, com certeza conseguiremos atingir patamares maiores.

Há também o nosso atleta Paulo Henrique, o Borrachinha, que se destacou muito e agora está no UFC representando Minas Gerais. Creio que ele será o primeiro de muitos que chegarão lá. Agradeço a todos a oportunidade. Podem ter a certeza de que faremos o melhor no dia 27. Obrigado.

O presidente – *O.k.*, Borrachinha, quer dar um alô para a turma? Daqui a pouco, quando você terminar, haverá uma apresentação. Vou descer ali e quebrar todo mundo no pau.

O Sr. Paulo Henrique Costa – Boa noite. Meu nome é Paulo Henrique. Sou conhecido como Borrachinha. Pessoal, estou me sentindo lisonjeado, primeiramente por estar aqui nesta Mesa com figuras tão ilustres. Estão aqui nosso deputado Cabo Júlio, o Wallid, o *sensei* do deputado Cabo Júlio, o secretário de Esportes, o presidente da Federação de Karate. Quero agradecer ao deputado Cabo Júlio, a seu competente filho Bruno Júlio e a todos os responsáveis por esta reunião que é muito importante para divulgarmos em nosso Estado o esporte, seja o caratê seja o jiu-jítsu. Para o caratê, é muito importante realmente.

Agradeço também aos expoentes do caratê, que plantaram a semente há muitos anos. O caratê, para quem não sabe, realmente é uma arte cultural importantíssima por trazer toda essa cultura do Japão. É também uma atividade muito importante para o

MMA, esporte que pratico. O caratê é tão importante como o conhecido jiu-jitsu, o boxe e o *muay thai*. O caratê tem a sua efetividade como ferramenta cultural de inclusão e esporte.

Quero agradecer aos senhores que plantaram esta semente. Tenho a certeza de que, com muita força de vontade, com muito trabalho e muito esforço, eles fizeram com que essa arte chegasse até os dias de hoje para que pudéssemos dela usufruir. Agradeço também ao Wallid a oportunidade que ele está dando a todos nós, atletas mineiros, com o *jungle fight* em Minas.

Hoje luto pelo UFC, mas vim do *jungle fight*. Fui campeão pelo *jungle fight* no ano passado e agora tive a oportunidade de ir para o UFC. Quero agradecer a todos os atletas presentes aqui, os do caratê, do MMA. Sou um atleta mineiro, fruto desse trabalho. Passei e ainda passo por muitas dificuldades porque não é fácil. Temos de treinar e nos dedicar muito. Temos aqui dois expoentes do esporte de Minas que lutarão no *jungle fight*. Tenho a certeza de que sairão vários atletas de sucesso dessa nova empreitada aqui em Minas. Obrigado.

O locutor – Queremos agradecer aos atletas a sua participação. Boa sorte a todos.

Apresentação Artística

O locutor – Neste momento, assistiremos a uma simulação de combate, o *kata*, que será executada pelos professores Cláudio e Gabriel Chedid.

– Procede-se à apresentação artística.

O presidente – Gostaria de lembrar que estamos ao vivo para Minas Gerais. Está todo o mundo assistindo a isso. É muito legal. Temos aqui também o Carlinhos, o nosso companheiro da TV Verdade, que amanhã terá muita coisa para falar. Seja muito bem-vindo, Carlinhos.

Quero agradecer a todos a presença.

Gostaria de chamar o Prof. Freizer para encerrar a nossa reunião. Faz de conta que a Assembleia é a sua academia. Por favor, suba aqui. Todos de pé, por favor.

O Sr. Freizer - *Oss!*

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 25, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 25/4/2017.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/4/2017

Às 10h6min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Doutor Jean Freire, Fred Costa, André Quintão e João Leite, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (6/4/2017); (16/3/2017); (23/3/2017); Spencer dos Santos Ferreira Júnior, promotor de justiça da 3ª Promotoria de Justiça (1º/4/2017); Bruno Tasca Cabral, chefe do gabinete da Polícia Civil da Polícia Civil de Minas Gerais (10/1/2017); Nívia Mônica da Silva, promotora de justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais – Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos (9/3/2017); Vitor Elisio Goes de Oliveira

Menezes, superintendente de Outorga e Recursos à Prestação da Agência Nacional de Telecomunicações (24/3/2017); e Hudson Ferreira Sales, vice-diretor do Detran-MG (6/4/2017). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.920/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada visita ao Ministério Público Federal para obter informações acerca do Processo Judicial nº 2007.38.13.005635-5, que tramita na Vara Federal de Teófilo Otôni;

nº 7.921/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 27ª Reunião Extraordinária, realizada em 20/12/2016, para intensificar as atividades de negociação da Mesa de Diálogo e Negociação do Estado relacionadas com o conflito do Município de Salto da Divisa devido à instalação da Hidrelétrica de Itapebi, bem como da ocupação Manoel Bahia, situada no terreno da hidrelétrica;

nº 7.922/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para dar efetividade ao Conselho Estadual de Comunicação Social – Cecom;

nº 7.923/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama – pedido de providências para que seja realizado novo estudo para análise dos impactos ambientais causados pela Hidrelétrica de Itapebi, no Município de Salto da Divisa, antes da renovação da licença que permite as atividades dessa hidrelétrica, que ocorrerá no ano de 2017;

nº 7.924/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama – pedido de informações, acompanhado das notas taquigráficas da 27ª Reunião Extraordinária, realizada em 20/12/2016, sobre o cumprimento, por parte da empresa Neoenergia, das normas e das cláusulas estabelecidas para a permissão da construção da Hidrelétrica de Itapebi;

nº 7.925/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que o Estado reavalie sua posição na ação que requer a nulidade do processo administrativo de demarcação da terra indígena kaxixó, manifestando-se contrariamente a tal ação;

nº 7.926/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer sejam encaminhadas à Defensoria Pública da União as notas taquigráficas da 27ª Reunião Extraordinária, realizada em 20/12/2016, com a finalidade de debater a situação dos atingidos pela Hidrelétrica de Itapebi, no Município de Salto da Divisa, bem como da ocupação Manoel Bahia, situada no terreno da hidrelétrica;

nº 7.927/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Fundação Nacional do Índio – Funai – pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 27ª Reunião Extraordinária, realizada em 15/12/2016, para assegurar os direitos do povo indígena kaxixó;

nº 7.928/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer sejam encaminhadas à Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais da Defensoria Pública de Minas Gerais as notas taquigráficas da 27ª Reunião Extraordinária, realizada em 20/12/2016, com a finalidade de debater a situação dos atingidos pela Hidrelétrica de Itapebi, no Município de Salto da Divisa, bem como da ocupação Manoel Bahia, situada no terreno da hidrelétrica;

nº 7.929/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Comissão de Direitos Humanos do Congresso Nacional pedido de providências para a realização de audiência pública com a finalidade de debater a situação dos atingidos pela Hidrelétrica de Itapebi, no Município de Salto da Divisa, bem como da ocupação Manoel Bahia, situada no terreno da Hidrelétrica;

nº 7.930/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 27ª Reunião Extraordinária, realizada em 15/12/2016, para assegurar a disponibilidade de recursos hídricos no território do povo indígena kaxixó;

nº 7.931/2017, dos deputados André Quintão e Doutor Jean Freire e da deputada Marília Campos, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a situação das etnias indígenas em Minas Gerais, por ocasião da celebração do dia 19 de abril;

nº 7.932/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público Federal pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 27ª Reunião Extraordinária realizada em 15/12/2016, que debateu o Plano de Gestão Territorial e Ambiental do Povo Indígena Kaxixó, para assegurar os direitos desse povo;

nº 7.933/2017, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater os efeitos no Estado em caso de aprovação do Projeto de Lei Complementar Federal nº 257/2016, que estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; altera a Lei nº 9.496, de 1997, a Medida Provisória nº 2.192-70, de 2001, a Lei Complementar nº 148, de 2014, e a Lei Complementar nº 101, de 2000, e dá outras providências;

nº 7.934/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre a distribuição dos *royalties* decorrentes da atividade de geração de energia da Usina Hidrelétrica de Itapebi, no Município de Salto da Divisa;

nº 7.935/2017, do deputado João Leite, em que requer seja realizada audiência pública conjunta, com as Comissões de Segurança Pública e de Educação, Ciência e Tecnologia, para debater os riscos e efeitos maléficos, em nossa sociedade, do jogo Baleia Azul;

nº 7.936/2017, dos deputados Rogério Correia e Doutor Jean Freire, em que requerem seja encaminhado ofício ao presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico informando que foi realizada, no dia 30/3/2017, audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.312/2016, que institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens e outros Empreendimentos e dá outras providências, e solicitando agilidade na apreciação do referido projeto no âmbito dessa comissão;

nº 7.937/2017, dos deputados Rogério Correia e Doutor Jean Freire, em que requerem seja encaminhado ofício ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça informando que foi realizada, no dia 30/3/2017, audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.312/2016, que institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens e outros Empreendimentos e dá outras providências, e solicitando agilidade na apreciação do referido projeto no âmbito dessa comissão;

nº 7.938/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater a educação integral e o ensino médio na Fucam;

nº 7.939/2017, dos deputados Rogério Correia e Doutor Jean Freire, em que requerem seja encaminhado ofício ao presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária informando que foi realizada no dia 30/3/2017 audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.312/2016, que institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens e outros Empreendimentos e dá outras providências, e solicitando agilidade na apreciação do referido projeto no âmbito dessa comissão;

nº 7.940/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater o fortalecimento e a sobrevivência do agricultor familiar na Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 7.941/2017, dos deputados Rogério Correia e Doutor Jean Freire, em que requerem seja encaminhado ofício ao presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social informando que foi realizada no dia 30/3/2017 audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.312/2016, que institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens e outros Empreendimentos e dá outras providências, e solicitando agilidade na apreciação do referido projeto no âmbito dessa comissão;

nº 7.942/2017, da deputada Marília Campos e do deputado Rogério Correia, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 287/2016, em tramitação na Câmara dos Deputados, conforme solicitação do movimento Todos contra a Reforma da Previdência e a Frente Mineira Popular em Defesa da Previdência Social;

nº 7.943/2017, dos deputados Rogério Correia e Doutor Jean Freire, em que requerem seja encaminhado ao presidente da Comissão de Direitos Humanos ofício solicitando que essa comissão passe a acompanhar o processo de reintegração de posse do assentamento Princesa do Vale, na zona rural do Município de Almenara, diante da iminente ordem de despejo relatada em audiência pública realizada em 30/3/2017;

nº 7.944/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizado debate público para discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 287/2016, em tramitação na Câmara dos Deputados, conforme solicitação do movimento Todos contra a Reforma da Previdência e a Frente Mineira Popular em Defesa da Previdência Social;

nº 7.945/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia no Bairro Petrolândia, na divisa dos Municípios de Betim e Contagem, para debater propostas de políticas públicas que viabilizem o acesso e a permanência da população imigrante nas redes municipal e estadual de educação;

nº 7.946/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça pedido de providências para priorizar a apreciação do Projeto de Lei nº 3.312/2016, que institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens e Outros Empreendimentos e dá outras providências;

nº 7.947/2017, dos deputados Rogério Correia e Doutor Jean Freire, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que a Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais acompanhe o processo de reintegração de posse do assentamento Princesa do Vale, na zona rural do Município de Almenara, diante da iminente ordem de despejo, conforme relatado em audiência pública realizada em 30/3/2017;

nº 7.948/2017, dos deputados Rogério Correia e Doutor Jean Freire, em que requerem seja encaminhado ao Ministério Público Estadual pedido de providências para que o Centro de Apoio Operacional especializado na área de conflitos agrários acompanhe o processo de reintegração de posse do assentamento Princesa do Vale, na zona rural do Município de Almenara, diante da iminente ordem de despejo, conforme relatado em audiência pública realizada em 30/3/2017;

nº 7.949/2017, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja realizada audiência pública para debater a expansão de sinal de telefonia celular móvel nos municípios e distritos ainda não incluídos no programa Minas Comunica;

nº 7.950/2017, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada visita à comunidade quilombola Marobá dos Teixeiras, localizada em Almenara, para verificar sua situação e o atentado praticado contra a família do presidente dessa comunidade no dia 24/3/2017;

nº 7.951/2017, dos deputados Rogério Correia e Doutor Jean Freire, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a prática de compra de terras por empresas nacionais com capital internacional que vem ocorrendo no Estado, afrontando a soberania nacional.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de maio de 2017.

Doutor Jean Freire, presidente – Geraldo Pimenta – Marília Campos – Rosângela Reis.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/4/2017

Às 15h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Jorge, Léo Portela e Dilzon Melo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Jorge, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.017/2017, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Saúde para debater as perspectivas do tratamento da dependência de cocaína e estudos sobre a vacina em desenvolvimento pela UFMG;

nº 8.018/2017, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizada audiência pública para debater sobre a rede de atenção psicossocial e as comunidades terapêuticas;

nº 8.019/2017, dos deputados Antônio Jorge, Léo Portela e Dilzon Melo, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o Programa Minas Acolhe, sendo convidada a subsecretária de Políticas sobre Drogas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de maio de 2017.

Antônio Jorge, presidente.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/4/2017

Às 16h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Arnaldo Silva e Leandro Genaro, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Antonio Carlos Arantes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* da Coordenadoria de Comunicação Social do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais informando sobre a Semana da Inclusão em Contagem e Betim, de 24 a 28 de abril, que tem como objetivo facilitar o cadastramento biométrico dos eleitores com deficiência. A ação coloca à disposição desses eleitores um intérprete de libras e uma cadeira de rodas para locomoção nas centrais de atendimento. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.031/2017, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada audiência pública para debater mecanismos que garantam o cumprimento dos direitos previstos em legislação para as pessoas com deficiência;

nº 8.032/2017, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para priorizar recursos orçamentários para a execução de ações direcionadas às pessoas com deficiência, notadamente no âmbito das políticas de saúde, assistência social, educação e trabalho;

nº 8.033/2017, dos deputados Duarte Bechir, Arnaldo Silva e Leandro Genaro, em que requerem seja encaminhado ao Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais pedido de providências para que sejam disponibilizados equipamentos e locais de votação acessíveis aos eleitores com deficiência em todo o Estado;

nº 8.034/2017, dos deputados Duarte Bechir, Arnaldo Silva e Leandro Genaro, em que requerem seja encaminhado ao Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais manifestação de apoio à iniciativa desse tribunal de realizar a Semana da Inclusão em Contagem e Betim, em abril deste ano, conforme informação recebida por meio da Central de Atendimento ao Cidadão da ALMG;

nº 8.035/2017, dos deputados Duarte Bechir, Arnaldo Silva e Leandro Genaro, em que requerem seja realizada visita à Secretaria de Estado de Fazenda para discutir a possibilidade de prorrogação do Convênio ICMS Confaz 38/2012, que trata da isenção de ICMS na compra de veículos por pessoas com deficiência; e

nº 8.042/2017, do deputado Arnaldo Silva, em que requer seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Planejamento para adequar as instalações do serviço de perícia médica dessa secretaria no Município de Uberlândia às normas de acessibilidade.

Em seguida, é aprovado relatório de visita ao Instituto São Rafael, realizada em 10/4/2017, que segue publicado após as assinaturas. A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, destina esta fase da reunião para ouvir a Sra. Liliane Arouca do Carmo. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de maio de 2017.

Duarte Bechir, presidente – Nozinho – Doutor Wilson Batista.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Local visitado: Instituto São Rafael

Apresentação

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 7.650/2017, de autoria dos deputados Duarte Bechir, Tito Torres e Nozinho, esta comissão visitou, no dia 10/4/2017, o Instituto São Rafael, com a finalidade de conhecer as instalações, as condições de funcionamento e as intervenções necessárias para melhor atendimento da pessoa com deficiência.

Participou da visita o deputado Duarte Bechir, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que foi recebido por Juliany Sena, diretora do Instituto São Rafael.

Relato

O Instituto São Rafael – ISR –, unidade da rede estadual de ensino, foi fundado em 1926 e atende pessoas com deficiência visual associada ou não a outras limitações, do nascimento à terceira idade. Entre as suas competências estão: escolarização, habilitação e reabilitação, produção de material pedagógico em braile e capacitação de educadores.

Atualmente, o ISR conta com 48 alunos em ensino regular e 260 alunos adolescentes e adultos em atividades complementares, como curso técnico em massoterapia, informática e alfabetização em braile. De acordo com a diretora Juliany Sena, após a edição da Resolução nº 5 do Conselho Nacional de Educação, em 17/12/2009 – dita “lei de inclusão escolar” –, o instituto se ressignificou, com a interrupção de algumas ações e implementação de outras.

Durante a visita do deputado Duarte Bechir ao ISR, a diretora, funcionários e alunos relataram algumas necessidades da escola:

- reformulação da sala para o curso de massoterapia e para a implementação do segundo curso profissionalizante a ser oferecido pelo Instituto;
- aquisição de merenda escolar para os 260 alunos participantes dos projetos da escola, tendo em vista que os alimentos fornecidos pela Secretaria de Estado de Educação, por norma jurídica, são suficientes apenas para os alunos do ensino regular;
- renovação dos instrumentos do projeto de educação musical;
- revitalização dos muros, da pintura lateral do prédio, de algumas salas de aula e do telhado da escola;
- reformulação do laboratório de ciências (atualmente desativado);
- montagem de laboratório de informática;
- ampliação da sala climatizada para as impressoras em braile e a adequada manutenção desses equipamentos em tempo hábil quando identificada alguma avaria;
- manutenção da máquina de datilografia em braile;
- aquisição de mais adaptadores para leitura braile em computador;
- implantação do projeto de educação de jovens e adultos no nível fundamental, incluindo pessoas com baixa visão e alunos regulares para atingir o número mínimo exigido pela Secretaria de Estado de Educação;
- construção de banheiros adaptados para bebês;
- retorno do regime de internato para os alunos oriundos dos municípios do interior que não têm apoio das respectivas prefeituras para se hospedar em Belo Horizonte;
- estabelecimento de legislação para regulamentar questões relativas aos alunos adultos, maioria no ISR, mas que, por não se enquadrarem nas normas vigentes, não são contabilizados como alunos no cálculo da proporção entre o número de profissionais e de alunos atendidos;
- maior segurança nas dependências da escola – o ISR dispõe apenas de um porteiro;
- reforma da infraestrutura da piscina conforme as exigências da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- aumento do quantitativo de profissionais da equipe multidisciplinar para que haja um representante de cada área para cada um dos turnos de trabalho (manhã e tarde).

Conclusão

Durante a visita, o parlamentar ouviu os relatos da diretora Julianny Sena, dos alunos e dos funcionários do Instituto São Rafael, o que permitiu a esta comissão compreender melhor a importância da entidade para a aprendizagem, reabilitação e capacitação de pessoas com deficiência visual. Diante das demandas apresentadas, o deputado Duarte Bechir afirmou aos presentes que pretende envidar esforços para viabilizar medidas para atendê-las e, conseqüentemente, aprimorar a qualidade dos serviços prestados pelo Instituto São Rafael à população mineira.

Sala das Comissões, 25 de abril de 2017.

Duarte Bechir, relator.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/4/2017

Às 16h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bosco, Elismar Prado e João Leite (substituindo o deputado Carlos Pimenta, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata

da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.332/2016, em turno único, do qual designou como relator o deputado Glaycon Franco. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 1.368/2015, em turno único, é convertido em diligência à Secretaria de Estado de Cultura, a requerimento do relator, deputado Bosco. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.676, 6.682, 6.740 e 6.768/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 7.919/2017. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de maio de 2017.

Bosco, presidente – Carlos Pimenta – Glaycon Franco.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/4/2017

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Geraldo Pimenta e Antônio Jorge, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Rosângela Reis e o deputado Celinho do Sinttrocel. Havendo número regimental, o presidente, deputado Geraldo Pimenta, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a implantação do Serviço de Atendimento Médico de Urgência – Samu – no Leste de Minas e a receber e votar requerimentos. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Gustavo Gastão Corgosinho Cardoso, diretor da Arsae-MG, convidando para a 3ª Fase do Processo de Consultas sobre a Primeira Revisão Tarifária da Copasa, quando serão realizadas duas audiências públicas em Belo Horizonte em 27/4/2017, às 17 horas, e 12/5/2017, às 9 horas. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Juliana Colen de Paula Costa, diretora de Políticas e Gestão Hospitalar, e Kelly Barros da Silva Fortini, coordenadora estadual de Urgência e Emergência, ambas representando o secretário de Estado de Saúde; Katia Barbalho Diniz Costa, secretária municipal de Saúde de Ipatinga, representando o presidente do Cisvales – Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Vales-Ipatinga; Charlene Geise Costa Soares, secretária executiva do Cisvales; e os Srs. Geraldo José do Carmo, prefeito de Vermelho Novo; Márcio Elias de Lima e Santos, prefeito de Inhapim; Ronaldo Oliveira, prefeito de Mesquita; Nardyello Rocha Oliveira, presidente da Câmara Municipal de Ipatinga; Paulo César dos Reis, vereador de Ipatinga; Cassinha Carvalho, vereadora de Ipatinga; Domingos Sávio Gonçalves, presidente da Câmara Municipal de Inhapim; Carlos Alberto Ramos Barros, presidente da Câmara Municipal de Santana do Paraíso; Tiago Tessaro, diretor do Samu de Ipatinga; Wagner José Rodrigues Barbalho, superintendente Regional de Saúde em Coronel Fabriciano; Mauro Oscar Soares de Souza Lima, superintendente do Hospital Márcio Cunha, de Ipatinga. A presidência concede a palavra à deputada Rosângela Reis, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de maio de 2017.

Carlos Pimenta, presidente – Bonifácio Mourão – Geraldo Pimenta – Antônio Jorge.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/4/2017

Às 11h1min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, Hely Tarquínio, Durval Ângelo, Gustavo Corrêa, Isauro Calais, Sargento Rodrigues e Cássio Soares (substituindo o deputado Roberto Andrade, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Estão presentes também, os deputados João Leite, Tadeu Martins Leite, Cabo Júlio, Gustavo Valadares. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião. Em seguida, é rejeitado requerimento do deputado Gustavo Corrêa, que solicita a leitura da ata da 3ª Reunião Ordinária da Comissão, ocorrida em 19/4/2017. Sendo assim, a presidência, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes, com exceção dos deputados Gustavo Corrêa e Sargento Rodrigues. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do deputado Doutor Jean Freire, presidente da Comissão de Participação Popular, solicitando agilidade na apreciação do Projeto de Lei nº 3.312/2016, que institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens e Outros Empreendimentos e dá outras providências. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É distribuído em avulso o parecer do relator, deputado Durval Ângelo, sobre o Projeto de Lei nº 4.092/2017, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, são aprovados, cada um por sua vez, requerimentos em que se solicita, nos termos do parágrafo único do art. 301 do Regimento Interno, aos autores dos Projetos de Lei nºs 3.908, 3.942 e 3.955/2016, 4.004, 4.011, 4.014, 4.017, 4.020, 4.053, 4.059, 4.060 e 4.095/2017 que instruem as referidas proposições com a documentação necessária à sua tramitação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária a ser realizada dia 2/5/2017, às 10h30min, com a finalidade de apreciar o Projeto de Lei nº 4.092/2017, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de maio de 2017.

Leonídio Bouças, presidente – Bonifácio Mourão – Hely Tarquínio – Gustavo Valadares – Durval Ângelo – Roberto Andrade – João Magalhães.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/5/2017

Às 19h15min, comparece na Sala das Comissões o deputado Durval Ângelo, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a obra *Diálogos possíveis sobre a pedagogia e o direito* – Vol. II, organizada pelas professoras Mariah Brochado, Marcela Gomes e Nathalia Lipovetsky, realizar o lançamento do livro, cuja distribuição será gratuita, e receber e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Mariah Brochado Ferreira, secretária adjunta de Casa Civil e de Relações Institucionais; Patrícia Leão Magalhães Ferreira, chefe de gabinete da presidência da Copasa-MG; Marcella Furtado de Magalhães Gomes, professora adjunta do Departamento de Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, e Jordana Souza Cruz Almeida, presidente da Rede Minas; e os Srs. Nilmário Miranda, secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania; Robson Lucas da Silva, secretário adjunto de Administração Prisional, e Wagner José Corradi Barbosa, diretor de Educação à Distância da Universidade Federal de Minas Gerais. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos

convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de maio de 2017.

Durval Ângelo, presidente – Arnaldo Silva – André Quintão.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 8 de maio de 2017, destinada à entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Marcos Antônio Pereira.

Palácio da Inconfidência, 5 de maio de 2017.

Adalclever Lopes, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.666/2016

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Dilzon Melo, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Santa Clara de Assis, com sede no Município de Varginha.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.666/2016 pretende declarar de utilidade pública a Associação Santa Clara de Assis, com sede no Município de Varginha, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo oferecer o ensino em vários níveis, bem como realizar ações de assistência social e obras beneficentes e filantrópicas.

Com esse propósito, a instituição busca atender as demandas sociais em seu território, amparando famílias, oferecendo cursos profissionalizantes, desenvolvendo ações de atendimento ambulatorial e assistencial, bem como assegurando condições dignas de vida àqueles que necessitarem.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Associação Santa Clara de Assis no Município de Varginha, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.666/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 4 de maio de 2017.

Coronel Piccinini, relator.

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações: de congratulações com a Associação dos Municípios do Lago de Furnas – Alago – pelos 24 anos de sua fundação (Requerimento nº 6.615/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o deputado federal Orlando Silva, por sua eleição para a presidência da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados (Requerimento nº 6.654/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com a Associação 1º de Maio da Vila Vista Alegre pelos seus 50 anos de fundação (Requerimento nº 6.659/2017, do deputado Thiago Cota);

de congratulações com Fernando Coletinha, aluno do Colégio Magnum, pela publicação realizada na página do Facebook, em 15/3/2017, defendendo a legitimidade do direito à greve, no momento em que Minas Gerais se omite e deixa de garantir direitos essenciais, como o pagamento no quinto dia útil do mês e o reajuste salarial (Requerimento nº 6.684/2017, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com a Associação dos Suinocultores do Estado de Minas Gerais – Asemg – pelos 45 anos de sua fundação (Requerimento nº 6.693/2017, do deputado Inácio Franco);

de congratulações com a Prefeitura de Araxá, com o Sr. José Eduardo de Ávila, presidente da Associação dos Ruralistas do Alto Paranaíba, com seus parceiros e colaboradores, pela realização da 43ª edição da Expoaraxá, entre os dias 5 e 23 de abril, no Parque de Exposição Agenor Lemos, em Araxá (Requerimento nº 6.695/2017, do deputado Bosco);

de congratulações com Sr. Bruno Cláudio Penna Amorim Pereira pelo texto *O papel do Legislativo*, publicado no jornal *Estado de Minas* de 11/4/2017 (Requerimento nº 6.771/2017, do deputado Léo Portela);

de congratulações com a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais pela criação da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Autismo (Requerimento nº 6.829/2017, da Comissão da Pessoa com Deficiência).

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 2/5/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 8/5/2017, Fabio Vicentino de Oliveira, padrão VL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Léo Portela;

exonerando Julio Cezar Gonçalves, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência;

exonerando Kenya Christinelli da Silva, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

exonerando, a partir de 8/5/2017, Luciana Gonçalves Mendes, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Glaycon Franco;

exonerando Luís Fernando da Silva Arbêlaez, padrão VL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Duarte Bechir;

nomeando Leotero Batista Filho, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Léo Portela;

nomeando Luciana Gonçalves Mendes, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

nomeando Maria Lúcia de Azevedo, padrão VL-36, 6 horas, com exercício na Comissão de Esporte, Lazer e Juventude.

TERMO DE CONTRATO Nº 16/2017

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Virgem da Lapa. Objeto: doação de bens inservíveis. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensada, em conformidade com o art. 17, II, “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO Nº 18/2017

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação de Promoção ao Lavrador e Assistência ao Menor de Turmalina. Objeto: doação de bens inservíveis. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensada, em conformidade com o art. 17, II, “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO Nº 21/2017

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação de Promoção Infantil Social e Comunitária – Aprisco – de Virgem da Lapa. Objeto: doação de bens inservíveis. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensada, em conformidade com o art. 17, II, “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO Nº 24/2017

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatário: Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Chapada do Norte. Objeto: doação de bens inservíveis. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensável, nos termos do art. 17, II, “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO Nº 27/2017

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação Beneficente de Itaporé – Município de Coronel Murta. Objeto: doação de bens inservíveis. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensável, nos termos do art. 17, II, “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO Nº 30/2017

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatário: Município de Poço Fundo. Objeto: doação de bens inservíveis. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensável, nos termos do art. 17, II, “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 38/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Belta Tecnologia Ltda. – EPP. Objeto: prestação de serviços de coleta, análise e diagnóstico da qualidade do ar interior dos ambientes climatizados do Palácio da

Inconfidência e seus anexos. Objeto do aditamento: quarta prorrogação, com reajuste de preço. Vigência: 12 meses a partir de 6/5/2017. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 45/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Modern Design do Brasil Ltda. EPP. Objeto: fornecimento e instalação de móveis planejados em MDF. Objeto do aditamento: prorrogação, sem alteração de preço, pelo prazo de quatro meses. Vigência: de 6/5/2017 a 5/9/2017. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.